

As gestões para preparar a transição

por Claudia Sfatle
de Brasília

O virtual presidente eleito da República, Fernando Henrique Cardoso, começa, na semana que vem, a montagem de uma equipe de transição, se confirmada sua vitória no primeiro turno, com duas preocupações relacionadas com o futuro do Plano Real: no curtíssimo prazo, evitar um movimento altista dos preços, pós-eleição; e, também urgente, mas de caráter estrutural, dar os primeiros passos na direção das reformas, cruciais para a consolidação da estabilidade econômica.

Três modelos de transição estão sendo avaliados pelos tucanos: o grupo de planejamento de ação governamental, criado após a eleição do presidente Tancredo Neves; o "bolo de noiva", com equipes setoriais para avaliar cada área do governo, que precedeu o governo de Fernando Collor de Mello; e o estilo seguido pelo presidente Bill Clinton, dos Estados Unidos, que criou um núcleo para acompanhar as



Fernando Henrique Cardoso

ações de seu predecessor na área econômica. Conforme apurou a repórter Adriana Vasconcelos, este último é o que parece ter maior simpatia da equipe tucana.

(Todas as pesquisas de boca de urna feitas ontem indicam a vitória de Fernando Henrique Cardoso no primeiro turno. O IBOPE dá a Cardoso o índice de 46% dos votos, ante 23% de Luiz Inácio Lula da Silva. Cardoso, segundo o IBOPE, obteve 7 pontos percentuais mais do que os votos de todos os outros candidatos somados.)

Em qualquer dos casos, deverá haver um grupo de transição para tratar especificamente da reforma constitucional, além de outro para acompanhar as ações do governo Itamar Franco. Tudo com muita habilidade, para não produzir ruídos com o governo em curso, lembram economistas oficiais.

Ainda ontem o presidente Itamar Franco disse, em Juiz de Fora (MG), que exercerá sua autoridade até o dia 1º de janeiro, data da posse do novo presidente, e que não fará um governo de transição para preparar o País ao seu sucessor.

"O governo continuará exercendo ativamente seu trabalho", frisou Itamar ao repórter César Felício. Usufruindo de um período de forte popularidade, o presidente da República deve reduzir, nas próximas horas, os preços dos derivados de petróleo - medida para compensar os aumentos de preços em outras áreas da economia - e deixa para seu sucessor a tarefa mais árdua: as reformas tributária e da previdência social, entre outras, que, pela sua natureza, demandarão ações impopulares, como acabar com a aposentadoria por tempo de servi-

ço ou escolher quem vai pagar mais impostos.

Calcado em algumas dezenas de milhões de votos e numa base parlamentar considerável, Cardoso espera conseguir aprovar todas as reformas estruturais no primeiro semestre do ano que vem, caso esteja realmente eleito. A reestruturação do sistema tributário poderá render receitas adicionais de uns 3% do PIB; a previdência social, uma economia de recursos; e a flexibilização dos monopólios, investimentos advindos do setor privado. Essas,

(Continua na página 10)

O ex-governador e candidato pelo PFL ao Senado, Antônio Carlos Magalhães, disse ontem que "a Bahia tem pleitos" que serão encaminhados ao virtual presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, pelo futuro governador do estado - que ele espera seja Paulo Souto. No entanto, Antônio Carlos afirmou que nenhum compromisso foi assumido previamente entre Cardoso e ele para a ocupação de cargos no governo federal.

As gestões para preparar a transição

por Claudia Safatle
de Brasília

(Continuação da 1ª página)

contudo, são medidas que só renderão seus dividendos a partir de 1996. É provável, e a equipe tucana considera possível, que a gestão Itamar Franco ainda tenha que produzir um pacote fiscal de final de ano para viabilizar as contas de 1995. Pensa-se, também, na hipótese de alterar o ano fiscal de julho a junho, para que as medidas da revisão constitucional relativas a tributos não tenham que esperar até 1996 para entrar em vigor, pelo princípio da anterioridade.

Todas essas questões, assim como a reforma administrativa e as feições do novo governo - Fernando Henrique quer um Palácio do Planalto politicamente forte e ministérios mais operacionais - serão discutidas pelo governo de transição.

O capital político acumulado pelo virtual presidente eleito - que terá, no Congresso, uma bancada mais numerosa do PSDB, além do apoio dos parlamentares do PFL, PTB, PL, PP e dos descontentes do PMDB - deverá lhe dar condições para entrar na revisão com força suficiente para construir as bases estruturais da estabilização, que vão do fim da estabilidade generalizada do funcionalismo público à redistribuição de tarefas entre União, estados e municípios; da abertura de contratos de risco e "joint ventures" para a Petrobrás a benefícios limitados e Previdência Social complementar.

Não está claro que, se eleito no primeiro turno, Fernando Henrique começará ainda como senador as negociações em torno da revisão constitucional ou se deixará a iniciativa para de-

pois da posse. "Sou favorável a que se iniciem, de imediato, as negociações", disse ontem o secretário-geral do PSDB, Sérgio Motta.

PRIVATIZAÇÃO

O processo de privatização deverá ser retomado e reforçado pela gestão Fernando Henrique Cardoso. O ministro da Fazenda, Ciro Gomes, acha que a venda das empresas estatais será a principal fonte para financiar, em 1995, o "buraco" orçamentário que, até agora, está dimensionado em R\$ 9 bilhões. Fernando Henrique já declarou que pretende privatizar a Companhia Vale do Rio Doce, além de abrir espaços para o capital privado nas áreas de monopólio estatal constitucional (petróleo e telecomunicações).

O CURTO PRAZO

Além da evolução dos preços, os próximos dias serão importantes para o Banco Central definir se será ou não necessário restringir o ingresso de capital estrangeiro, para evitar uma sobrevalorização maior do real frente ao dólar.

Com a confirmação da vitória de Fernando Henrique, o mercado teme que o ingresso de recursos externos se multiplique, levando o BC a aplicar uma taxa sobre os recursos em Bolsa de Valores, ou mesmo seguir o modelo adotado no Chile, e que também já foi feito no passado, aqui, de deixar os dólares numa quarentena, no Banco Central.

O diretor do BC, Gustavo Franco, disse que medidas de restrição à entrada de capitais só serão tomadas num caso extremo, se uma avalanche de recursos ameaçar a política cambial e monetária.